



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

CMU 000512-ADM 08/Jul/2020 09:45



**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO**

<b>Número da Requisição:</b>	83/2020	<b>Data da Requisição:</b>	08/07/2020
------------------------------	---------	----------------------------	------------

Objeto:

**Solicitante:** Nardiele J. M. Rodrigues

**Câmara Municipal de Uruguaiiana**  
Cargo: Chefe do Dpto de Compras  
Nardiele J. M. Rodrigues  
Nardiele J. M. Rodrigues  
Chefe do Dptº Compras e Patrimônio

<b>Justificativa:</b>	Utilizados na prevenção do Covid-19. Na Loja Tumelero o produto é comercializado pelo valor unitário de R\$ 57,90. A empresa não forneceu orçamento escrito (foto anexa) Nesta data, não encontramos o produto em outras empresas. Em pesquisa na internet se confirmou a média de preço, conforme comprovante anexo.
-----------------------	---

Descrição do Item	Quantidade do Item	Valor Unitário do Item	Valor total do Item
Tapete Sanitizante medindo aproximadamente 38x58cm	20	R\$ 57,90	R\$ 1.158,00

**2 - Informação do Setor de Contabilidade:**

- ( ) Não há dotação orçamentária.  
\* O referido custo enquadra-se em:  
☒ Material de consumo.  
( ) Material Permanente.  
( ) Demais serviços de terceiros PJ.  
( ) Obras e instalações.  
( ) \_\_\_\_\_

**Saldo atual:** R\$ 310.470,44  
**Saldo (-) Valor consultado:** R\$ 309.312,44  
**Código:** 2721  
**Obs:** Material de limpeza e Produtos de Higienização  
**Data:** 08/07/2020  
**Fatima Terezinha Padilha da Silva**  
Contadora  
CRC-RS 053098/O-7  
CPF: 685.088.590-15

**4 - Despacho da Direção Geral:**

- ☒ Autorizo a dispensa/inexigibilidade de Licitação.  
( ) Autorizo a Abertura de licitação.  
( ) Não autorizo a despesa.

**Justificativa:** MATERIAL PARA O COMBATE AO COVID-19

**Data:** 08/07/20  
**João Carlos Borges da Rosa**  
Chefe de Gabinete da Presidência

**3 - Assessoria Jurídica:**

- ( ) Abertura de Licitação, modalidade:

- ☒ Dispensa de Licitação, base legal:  
Art. 24, II da Lei 8666/93.  
( ) Inexigibilidade de Licitação, base legal:

**Fundamentação:**

Em decorrência do valor e objeto da requisição.

**Câmara Municipal de Uruguaiiana**  
Isadora B. de Oliveira  
Bruna Bellagamba de Oliveira  
Procuradora Jurídica Legislativa  
OAB/RS 75244

**Data:** 08/07/20

**5 - Unidade de Controle Interno:**

- ☒ De acordo com o processo em andamento  
( ) Recomenda-se no mínimo três orçamentos  
( ) Parecer em anexo.

**Observação:**

**Câmara Municipal de Uruguaiiana**  
Enika Obes de Vargas  
Enika Obes de Vargas  
Coord. da Unidade de Controle Interno

**Data:** 08/07/20

**6 - Despacho da Presidência:**

- ☒ Autorizo a dispensa/ inexigibilidade de Licitação. ( ) Autorizo a Abertura de Licitação.

- ( ) Não autorizo a despesa.

- ( ) DETERMINO QUE SE PROCEDA A RESERVA DE DOTAÇÃO PARA A DESPESA.

**Justificativa:**

**Data:** 08/07/2020

**Câmara Municipal de Uruguaiiana**  
Ver. Ifani Coelho Fernandes  
Presidente

## Loja Tumelero



## Consulta Internet



Câmara Municipal de Uruguaiana  
Nardiele J. M. Rodrigues  
 Nardiele J. M. Rodrigues  
 Chefe do Dptº Compras e Patrimônio





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: TUMELERO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA**  
**CNPJ: 10.280.765/0001-86**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 21:30:14 do dia 18/06/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/12/2020.

Código de controle da certidão: **1665.4147.C300.C322**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 10.280.765/0041-73

**Razão Social:** TUMELERO MATERIAIS DE CONSTRUCAO SA

**Endereço:** R GENERAL CAMARA 1700 / CENTRO / URUGUAIANA / RS / 97500-281

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 04/07/2020 a 02/08/2020

**Certificação Número:** 2020070402212699871839

Informação obtida em 08/07/2020 09:38:02

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**